

ESP-UNESP-STITUT.DE BIOCIENTIAS-C.RIO CLARO

Termo de Referência 23/2026

Informações Básicas


Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2026	102322-ESP-UNESP-STITUT.DE BIOCIENTIAS-C.RIO CLARO	RACHEL CRISTINA DA SILVA FONTANA	21/05/2026 10:37 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			





Outras informações



Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	146/2026	391/2026 - IB/CRC




1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



1.1. Aquisição de Equipamentos de proteção individual nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.




ITEM	ESPECIFICAÇÃO	REFERÊNCIA	CATMAT	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Vestuário de Proteção - Tipo: Camisa Térmica Slim Material: 90% Poliéster E 10% Elastano Tipo Uso: Proteção Contra Exposição Direta De Raios Solares Características Adicionais: Manga Longa Quantidade /tamanho: 8- G.		627364	8	unidade	R\$ 46,23	R\$ 369,94
	Vestuário de Proteção - Tipo: Camisa Térmica Slim Material: 90% Poliéster E 10% Elastano Tipo Uso:		627364				

2	Proteção Contra Exposição Direta De Raios Solares Características Adicionais: Manga Longa Quantidade /tamanho: 8- GG.			8	unidade	R\$ 46,23	R\$ 369,84
3	Vestuário de Proteção - Tipo: Camisa Térmica Slim Material: 90% Poliéster E 10% Elastano Tipo Uso: Proteção Contra Exposição Direta De Raios Solares Características Adicionais: Manga Longa Quantidade /tamanho: 8- EG.		627364	8	unidade	R\$ 46,23	R\$ 369,84
4	Capa Chuva, Material: 30% Poliamida E 70% Policloreto De Vinila, Tipo Uso: Operacional, Cor: Amarelo Limão Cítrico, Características Adicionais: Conforme Modelo, Capuz conjugado, com mangas, Botões frontais em Plástico de Pressão, Com Solda Eletrônica, Tamanho Referência: 3 M e 8 G		626909	11	unidade	R\$ 30,81	R\$ 338,91
5	Capa de Chuva; em nylon emborrachado altamente resistente ao rasgamento e à tração; impermeabilização através de película de pvc de 0,20 mm em toda extensão externa; na cor preta; com mangas compridas e lisas; com 2 bolsos dianteiros embutidos, vazados c /22cm de abertura, c/vivo de 5 cm de largura; pala de ventilação frente e costas, inteiriças formando o corpo superior da capa e mangas; com capuz		319636	5	unidades	R\$ 21,82	R\$ 109,10




	ajustável por cordão de poliéster e fixado por zíper; fechamento através de 4 botões de pressão c/20cm de distância entre si, e velcro c/2 cm largura x 12cm de comprimento; acondicionada individual em plástico de boa qualidade.						
6	Capa Chuva , Material: Napa, Tipo Uso: Motoqueiro, Transmitância: não, Cor: Preta, Características Adicionais: Conjunto Completo para motociclista impermeável, com capuz, Faixas Reflexivas na blusa (mangas e tronco) , faixas reflexivas na calça (pernas), Tam GG		306207	10	unidade	R\$ 112,81	R\$ 1.128,10
7	Capacete de eletricista - Capacete de Segurança; com casco confeccionado em polietileno de alta, densidade 100%, virgem, com nervura de proteção; modelo com aba total; cor branca; no tamanho único, posição em cruz, fixa com 4 pontos, de sustentação e carneira; suspensão da armação interna composta de cinta dupla de poliamida; antialérgicas; confeccionadas em polietileno e poliamida; com tira absorvedora de suor em laminado de pvc atóxico; com tira jugular com no mínimo 3 pontos de ancoragem e sistema de ajuste por catraca; sem tira de nuca; classe b, tipo 1; revestida com espuma		630227	25	unidades	R\$ 76,82	R\$ 1.920,50

	<p>multiperfurada pu; com fita jugular; com certificado de aprovacao do ministerio do trabalho e emprego; suas condicoes deverao atender plenamente a norma nbr 8221</p>						
8	<p>Cinturão de Segurança; confeccionado em cadaço de material sintético (poliamida de alta densidade); do tipo paraquedista; com cinco argolas em "d" de aço estampado; duas argolas fixas na correia de cintura através de costura dupla; uma argola posicionada nas costas na altura dos ombros, regulável ao cinto através de passante plástico; duas argolas posicionadas na correia frontal na altura do peito; cinco fivelas duplas sem pino p/ajuste; duas correias de cintura; duas correias nas pernas; uma tira de ajuste frontal; reforço lombar e regulagem rápida em todos os lados</p>		602436	4	unidade	R\$ 284,61	R\$ 1.138,44
9	<p>Japona - Material: Brim Solasol 100% Algodão, Revestimento Interno: Forro Lã, Características Adicionais: Fechamento Frontal Em Velcro, 4 Botões Pressão, CA, Tamanho: 42, Tipo Manga: Longa Com Punho, Quantidade Bolsos: 3 UN, Cor: Verde Musgo - baixas temperaturas</p>		351112	2	unidade	R\$ 143,99	R\$ 287,98
	<p>Kit de Primeiros Socorros - Tipo: Bolsa de emergência tipo trauma /resgate, impermeabilidade</p>						




10	<p>interna. Características: Deve possuir divisórias internas ajustáveis (tipo colmeia), bolsos externos laterais e frontais, e alças de mão e ombro reforçadas. Dimensões sugeridas: Aproximadamente 33 cm (largura) x 46cm (comprimento) x 12cm (profundidade) A bolsa de primeiros socorros deve conter, no mínimo: 1 Bolsa com fita refletiva 1 Álcool gel 70% 61ml 1 Bolsa térmica gel reutilizável ; 1 Colar cervical M; 1 Curativo tipo band-aid 10un 1 Esparadrapo 5cm X 4,5 m; 1 Óculos EPI 1 Oxímetro; 1 Pinça simples 1 Protetor de queimaduras 90cm X 1,2m 1 Ressuscitador manual PVC; 1 Termômetro 1 Tesoura ponta romba; 2 Ataduras 10cm 2 Ataduras 15cm; 2 Ataduras 20cm 2 Bandagens triangular; 2 Mantas térmicas; 2 Máscaras de proteção N95 2 Máscaras RCP descartáveis; 2 Soros fisiológicos; 2 Sacos para lixo biológico 2 Talas moldáveis 1,2cm X 18cm 2 Talas moldáveis 1,2cm X 25cm 3 Pares de luvas estéreis 5 Talas de papelão; 10 Compressas de gaze; 10 Abaixadores de língua de madeira</p>		441758	1	unidade	R\$915,27	R\$ 915,27
11	<p><i>Luvas Proteção - Material: Borracha Nitrílica, Tamanho: Médio, Tamanho Cano: Médio, Tipo: Ambidestra, Sem Costura, Fita Para Ajuste No Punho, Aplicação: Uso Laboratório, Características Adicionais: Flexível/Sem Forro/Resistente/Palma Aderente, Tipo Uso: Reutilizável, Uso:</i></p>		413374	4	par	R\$ 39,34	R\$ 157,36





	Tratamento Fitossanitário, Cor: Azul						
12	<p>Luvas de segurança, Material: Vaqueta De Couro, Tamanho: Único, Aplicação: Câmaras Frias E Baixa Temperatura, Características Adicionais: Resistente A Temperatura Até - 35°C (Negativos) - Vaqueta</p>		344665	2	par	R\$ 24,63	R\$ 49,26
13	<p>Luva de Segurança - Motosserrista; em couro de cabra e tecido de malha sintética, anti-corte 360°; no tamanho único; para proteção de usuário de serviço de corte em árvore; cano curto; com punho do mesmo material da luva; dorso normal; palma reforçado em couro de cabra em crosta no interior, feito com costuras confortáveis, antiderrapante; forro revestido em fibra de aramida; fechada através de velcro ou com ajuste elástico; reforçada com aramida, cordura ou kevlar em toda a extensão; e suas condições deverão atender a norma normas em 388 e en 381; deverá ter certificado de aprovação do ministério do trabalho- Motosserrista</p>		628287	1	par	R\$ 67,36	R\$ 67,36
14	<p>Luva Proteção, Material: Silicone, Tamanho Cano: 22 Cm, Tipo: Ambidestra, Aplicação: Proteção</p>		437102	2	unidades	R\$ 78,05	R\$ 156,10




	Térmica, Características Adicionais: Resistente A Temperatura Até 220 °c, Formato: Anatômico						
15	Luva Proteção, Material: Algodão, Tamanho Cano: 20 Cm, Tipo: Modelagem Ergonômica, Aplicação: Proteção Térmica, Características Adicionais: Resistente A Temperatura Até 200 °c, Formato: Anatômico, cano 20cm		435860	1	par	R\$ 209,72	R\$ 209,72
16	Luva Proteção para criogenia, Cotovelo, Material: Nylon Forrada C /Manta Térmica, Tamanho: Grande, Aplicação: Proteção Térmica, Características Adicionais: Resistente A Temperatura De -80°C, Uso: Ambiente Frio, tamanho grande		442182	1	par	R\$ 3.267,09	R\$ 3.267,09
17	Luva de Segurança; em raspa, espessura de 1,5mm; no tamanho 9 1/2 polegadas; na cor cinza; para protecao de usuario de agentes abrasivos e escoriantes; cano longo com comprimento de 20cm aproximadamente ou mais; com punho do mesmo material da luva com reforço interno e costura em algodão; dorso normal; palma lisa; sem forro; com reforço externo entre o polegar e o indicador; e suas condicoes deverao atender a norma norma nbr 13712/96; devera ter certificado de aprovacao do ministerio do trabalho.		430007	3	par	R\$ 28,13	R\$ 84,39
	Luva para Laboratório; em neoprene e revestimento interno em flocos de algodão; resistente a química principalmente contra ácidos; agentes						




18	<p>perfurocortantes; com acabamento antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos; cano longo; com c. a. (certificado de aprovação) correspondente aos itens f-1-a; f-1-b e f-1-f da nr 6.; acondicionado em embalagem reforçada e apropriada; que garanta a integridade do produto; rotulo com numero de lote; data de fabricacao/validade /prazo; procedência. conforme legislação vigente, tamanho G</p>		628280	1	par	R\$ 67,49	R\$ 67,49
19	<p>Luva de Segurança; em borracha nitrílica; no tamanho 8 - 8,5; espessura mínima: 0,55mm; na cor verde; para proteção de usuário de agentes químicos, objetos abrasivos e/ou perfurantes; cano longo, comprimento total de 46 cm; com punho do mesmo material da luva; dorso normal; palma antiderrapante; sem forro; acabamento clorinado, interior liso; devera ter certificado de aprovacao do ministerio do trabalho;a, cano longo tamanho G</p>		357488	1	par	R\$ 34,82	R\$ 34,82
20	<p>Luva de Segurança; em pvc; no tamanho padrão; na cor verde; para proteção de usuário de produtos químicos; cano longo com + ou - 36cm de comprimento; com punho do mesmo material da luva; dorso áspero antiderrapante; palma áspera antiderrapante; forro em algodão;</p>		618552	1	par	R\$ 21,32	R\$ 21,32


	acabamento áspero nos dedos; deverá ter certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego, punho médio tamanho G						
21	Luva Segurança - Material: Tecido De Fibras Inerentes A Chama, Tamanho: 40 A 60 Cm, Aplicação: Cozinha, Características Adicionais: Tecido Thermex T Impermeabilizado, Forro Interno F, Modelo: 5 Dedos, Tipo: Antichamas		626521	2	par	R\$ 187,34	R\$ 374,68
22	Luva Segurança - Material: Algodão, Aplicação: Segurança E Proteção Individual., Características Adicionais: Resistente A Temperatura Até 300°C, Reforço Extern, Comprimento: 50CM, Forma: Mão De Gato, Largura: 20CM, Tipo: Anatômica		444081	1	par	R\$ 117,22	R\$ 117,22
23	Luva Segurança - Material: Algodão, Aplicação: Segurança E Proteção Individual., Características Adicionais: Resistente A Temperatura Até 300°C, Reforço Extern, Comprimento: 35CM, Forma: Mão De Gato, Largura: 20CM, Tipo: Anatômica		444080	1	par	R\$ 107,82	R\$ 107,82
24	Luva Segurança - Material: Malha Em Aço 100% inoxidável; Tamanho: G; Com Ajustador de punho Incluso, Aplicação: Segurança E Proteção Individual.		342888	1	unidade	R\$ 343,60	R\$ 343,60


25	Luva Segurança - Material: Malha Em Aço 100% inoxidável; Tamanho: M; Com Ajustador de punho Incluso, Aplicação: Segurança E Proteção Individual.		342889	2	unidade	R\$ 343,60	R\$ 687,20
26	Vestuário Proteção - Tipo: Mangote Térmico confeccionado em tecido de algodão com tratamento antichamas, impermeabilizada com silicone, Material: Algodão, Tamanho: 55 CM, possuir punho e braço ajustável, Com forro, ajustes em velcro e proteção do dorso para mãos, costurado com linha antichamas. Confeccionada com tecido de fibras inerentes a chama. Componentes: Par De Mangotes Térmicos		619540	2	par	R\$ 182,97	R\$ 365,94
27	Macacão - Material: Poliamida antiaderente Componentes: Macacão, Máscara E Chapéu Com Tela, Tipo Uso: Apicultor, Cor: Branco, Tamanho: Gg Características Adicionais: Fechamento Em Zíper, Punhos Ajustáveis E Barra Co Quantidade Bolsos: 4 UN Posição Bolsos: 2 Frontais E 2 Traseiros Tipo Bolso: Externo		611172	1	unidade	R\$ 158,82	R\$ 158,82
	Macacão, Material: Poliamida antiaderente, Componentes: Macacão, Máscara E Chapéu Com						

28	Tela, Tipo Uso: Apicultor, Cor: Branco Tamanho: G, Características Adicionais: Fechamento Em Zíper, Punhos Ajustáveis E Barra Co Quantidade Bolsos: 4 UN, Posição Bolsos: 2 Frontais E 2 Traseiros, Tipo Bolso: Externo		611170	1	unidade	R\$ 158,82	R\$ 158,82
29	Máscara contra Gases - Respirador de Proteção Respiratória Semi Facial; Confeccionada Em Elastômero Ou Silicone; Com Tirantes Ajustáveis; O Respirador Deverá Ser Entregue Com 2 Filtros; Do Tipo Combinado, Com Encaixe Tipo Baioneta Ou Rosca; O Filtro Que Acompanha O Respirador Deverá Atender Norma Nbr 13696/2010 E Nbr 13697 /2010 Ou Versão Mais Atual		301258	4	unidade	R\$ 52,19	R\$ 208,76
30	Filtro Respirador, Aplicação: Contra Vapores Orgânicos e Gases Ácidos, Compatibilidade COM A MASCARA do item 29 Cartucho para Gases Ácidos e Vapores Orgânicos do item acima		614864	8	unidade	R\$ 19,97	R\$ 159,76
31	Óculos de segurança sobreposição a óculos de graus com hastes (lentes escuras)		287943	1	unidade	R\$ 7,08	R\$ 7,08
	Protetor Facial, Material: Policarbonato, Cor: Transparente,		467181				

32	Características Adicionais: Tipo Viseira, C/ Visor Articulável, Tipo Fixação: Carneria Regulável			1	unidade	R\$ 31,92	R\$ 31,92
33	Protetor Solar, Tipo Proteção: Uva/Uvb, Fator Proteção: Fator 30, Forma Farmacêutica: Creme, Característica Adicional: Com Repelente.		412781	3	GALÃO COM PUMP 4 LITROS	R\$ 350,72	R\$ 1.052,16
34	Talabarte Duplo Tipo "y" Em Material Sintético, compr. 90cm, Com Absorvedor de Energia; Com 2 Ganchos Com Dupla Trava C/abertura de 55mm e Conector Na Extremidade Oposta; Trava Quedas Retrátil, com Conector Integrado Para engate No Cinturão, tipo Compacto, peso Máximo 4 kg; para Carga Mínima de 100 kg, composto de Mosquetão Automático, Laço de Ancoragem Giratório; Sistema Freio de Ativação Rápida, Extensível C/fita 1,8 m e Carcaça Resistente, Absorvedor Energia		312070	4	unidades	R\$ 200,01	R\$ 800,04
	Trava Quedas; do tipo para- quedista com dispositivo trava-quedas automático; matéria prima da carcaça em aço inox; sustentação do tipo dobradiça com pino para colocação/fechamento na "linha da vida" por parafuso e trava de segurança; com espessura de no máximo 12mm; comprimento de no máximo 240mm; carga de						

35	resistência de no mínimo 140 kg; conector de ancoragem do tipo mosquetão de aço galvanizado formato oval, com dupla trava de segurança; abertura total de 17,5mm a 25mm; resistência à tração; fixação por olhal /entrelaçamento da trama da própria corda; com sistema interno de travamento		485545	4	unidades	R\$ 142,76	R\$ 571,04
36	Trava-quedas guiado em linha rígida para utilização nas linhas de vida verticais em cabo de aço (8 mm /formação 6×19), como por exemplo, em escada fixa (marinheiro) ou acessos permanentes. ideal para limitar quedas através de um sistema de travas, acionado de acordo com a movimentação do olhal c0801. características gerais: trava-quedas para cabo de aço de 8 mm com conector em aço polido e cromado, conector classe b com abertura 18 mm e conector com trava dupla rosqueável. possui extensor. matéria-prima aço inox, extensor não possui, peso 140 kg, ca conjugado com o cinto de segurança, nbr 14627/15837 (manutenção)		485545	4	unidades	R\$ 230,67	R\$ 922,68
37	Touca Árabe - Material Corpo: Brim; Modelo: Touca Árabe, Cor:		400018	5	unidade	R\$ 14,14	R\$ 70,70

	Caqui; Características Adicionais: Fechamento Frontal Em Velcro						
38	<p>Uniforme Profissional, Componentes: Calça E Camisa Manga Longa, Tamanho: Sob Medida, Material: 100% Algodão Com Tratamento Anti-Chama Características Adicionais: Gola Esporte /Fita Reflexiva:Costa, Ombros E Pernas Aplicação: Porteção Individual Para Eletricista, tecido resistente ao arco elétrico e a chama, camisa na cor cinza escuro; gola colarinho tipo social; mangas compridas e punho tipo social com fechamento em botões, 3 faixas reflexivas aplicadas abaixo da cava, frente e costas e nas mangas na altura do tronco; sendo 1 faixa prateada refletiva de 5cm larg.entre 2 faixas de 2,5cm larg.amarelo claro fluorescente; contendo etiqueta informativa de uso, lavagem e secagem; deve atender a nr10 e calça calça de segurança risco ii; confeccionada em 100% algodão; tecido resistente ao arco elétrico e a chama, na cor cinza escuro; dois bolsos frontais embutidos e dois bolsos traseiros chapado; fechamento frontal com botões recobertos por pala do mesmo tecido; destinado para eletricitas; todos os aviamentos deverão ter propriedades anti-chama;</p>		418455	6	conjunto calça e blusa (M)	R\$ 248,77	R\$ 1.492,62

	terá 3 faixas refletiva abaixo do joelho fazendo contorno em cada perna fixadas por costura; sendo 1 faixa prateada refletiva de 5cm larg.entre 2 faixas de 2,5cm larg. amarelo claro fluorescente; devera atender a nr10 Tamanho M (6 conjuntos)						
39	<p>Uniforme Profissional, Componentes: Calça E Camisa Manga Longa, Tamanho: Sob Medida, Material: 100% Algodão Com Tratamento Anti-Chama Características Adicionais: Gola Esporte /Fita Reflexiva:Costa, Ombros E Pernas Aplicação: Proteção Individual Para Eletricista, tecido resistente ao arco elétrico e a chama, camisa na cor cinza escuro; gola colarinho tipo social; mangas compridas e punho tipo social com fechamento em botões, 3 faixas reflexivas aplicadas abaixo da cava, frente e costas e nas mangas na altura do tronco; sendo 1 faixa prateada refletiva de 5cm larg.entre 2 faixas de 2,5cm larg.amarelo claro fluorescente; contendo etiqueta informativa de uso, lavagem e secagem; deve atender a nr10 e calça calça de segurança risco ii; confeccionada em 100% algodão; tecido resistente ao arco elétrico e a chama, na cor cinza escuro; dois bolsos frontais embutidos e</p>		418455	10	conjunto calça e blusa (G)	R\$ 248,77	R\$ 2.487,70

dois bolsos traseiros chapado; fechamento frontal com botões recobertos por pala do mesmo tecido; destinado para eletricitas; todos os aviamentos deverão ter propriedades anti-chama; terá 3 faixas refletiva abaixo do joelho fazendo contorno em cada perna fixadas por costura; sendo 1 faixa prateada refletiva de 5cm larg.entre 2 faixas de 2,5cm larg. amarelo claro fluorescente; devera atender a nr10 Tamanho G (10 conjuntos)							
						TOTAL	R\$ 21.181,29

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns** conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados a partir da confirmação do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Na hipótese de não haver a referida confirmação no prazo estipulado, o início da contagem dar-se-á a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.4.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.4.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.4.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.5. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a **11/05/2026**.

1.6. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.7. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta)**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **48031918000124-0-000010/2026** ;

II) Data de publicação no PNCP: **18/06/2025**;

III) Id do item no PCA: **2986 ao 3029**

IV) Classe/Grupo: **420, 6508, 8105. 8405, 8415 e 8465**

V) Identificador da Futura Contratação: **102322 - 146/2026.**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.2. Com base no Decreto Estadual nº 68.185/2023 e na lista de materiais fornecida, foram definidos critérios de sustentabilidade voltados à gestão interna e à conscientização dos funcionários do Instituto de Biociências. Esses critérios atendem à exigência legal de considerar o ciclo de vida dos objetos e a economia circular, garantindo que a aquisição de EPIs esteja alinhada às práticas ambientais e sociais responsáveis.

4.1.3. O primeiro critério estabelece a priorização de itens reutilizáveis, reduzindo a geração de resíduos por meio da substituição de descartáveis por produtos de longa duração. Nesse sentido, recomenda-se a adoção de luvas de proteção em borracha nitrílica classificadas como reutilizáveis, sempre que a atividade técnica permitir, acompanhada de treinamento para higienização e armazenamento adequado.

4.1.4. Outro ponto essencial é a manutenção e higienização dos EPIs, que prolonga sua vida útil e diminui o descarte prematuro. Aventais de vinil ou PVC, por exemplo, permitem limpeza prática e devem ser incluídos em protocolos internos de conservação, aplicados também a botas e protetores faciais.

4.1.5. A escolha de fibras naturais e materiais atóxicos também compõe os critérios, privilegiando uniformes e juponas de 100% algodão, fibra biodegradável, e verificando se componentes plásticos, como tiras de capacetes, são produzidos em laminado de PVC atóxico.

4.1.6. No que se refere ao descarte, é necessário implementar pontos de coleta seletiva específicos para EPIs, diferenciando os materiais recicláveis dos contaminados por agentes biológicos ou químicos. Essa gestão de resíduos deve ser acompanhada de ações de conscientização para que os funcionários compreendam a distinção entre descarte comum e infectante.

4.1.7. Esses critérios, fundamentados nas especificações da lista de materiais e nas exigências legais, garantem que a contratação de EPIs seja conduzida de forma responsável, equilibrando eficiência técnica, preservação ambiental e compromisso social.

Apresentação de catálogo:

4.2. A empresa deverá apresentar junto com a proposta os Catálogos dos Produtos e/ou ficha técnica relativa aos itens ofertados, com a descrição detalhada do modelo/marca, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação do produto e responder diligências quando solicitado durante o certame.

Indicação de marcas ou modelos:

4.3.. Não há indicação de marca para os itens constantes nessa aquisição.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4. Não há vedação de marca para os itens constantes nessa aquisição.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1.O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir da confirmação do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Na hipótese de não haver a referida confirmação no prazo estipulado, o início da contagem dar-se-á a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Prédio da Administração do Instituto de Biociências – Almoxarifado

Avenida 24-A, nº 1515, bairro Bela Vista, Rio Claro – SP, CEP: 13506-900

Segunda a sexta-feira das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (*cinco*) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (*cinco*) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a

comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do

Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799,

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - : *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

8.6. Sociedade empresária : inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas

administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.23. *Tratando-se de consórcio:*

8.23.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;*
- b) Finalidade do consórcio;*
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*

g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*

h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.*

8.23.2. *O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.*

8.23.3. *Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

8.23.4. *A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.*

8.24. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1.. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;*

8.24.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

8.24.3. *Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;*

8.24.4. *Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;*

8.24.5. *Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*

8.24.6. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;*

8.24.7. *Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.*

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 21.181,29 (vinte e um mil, cento e oitenta e um reais e vinte e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 102322 – UNESP – Instituto de Biociências – Câmpus Rio Claro;

II) Fonte de Recursos : Tesouro;

III) Programa de Trabalho: 12.364.4807.5304 ;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.66;

v) Plano Interno: Não há.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro (s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLOVIS CARDOSO DOS SANTOS

Diretor Técnico de Serviços



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 07:56:01.

SIMONE CALIL BARCELLOS LEITE

Diretora Técnica Acadêmica



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 10:37:59.

TABATHA PRISCILA SILVA

Diretora Técnica Administrativa



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 07:25:27.

RACHEL CRISTINA DA SILVA FONTANA

Técnico Administrativo



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 16:03:38.

PRISCILA BOTELHO RUFINO

Supervisora Técnica de Seção



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 16:53:40.